

Este texto constitui um instrumento de documentação e não tem qualquer efeito jurídico. As Instituições da União não assumem qualquer responsabilidade pelo respetivo conteúdo. As versões dos atos relevantes que fazem fé, incluindo os respetivos preâmbulos, são as publicadas no Jornal Oficial da União Europeia e encontram-se disponíveis no EUR-Lex. É possível aceder diretamente a esses textos oficiais através das ligações incluídas no presente documento

► **B** **REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/2119 DA COMISSÃO**
de 1 de dezembro de 2021

que estabelece regras pormenorizadas sobre determinados registos e declarações exigidos aos operadores e grupos de operadores, bem como sobre os meios técnicos para a emissão de certificados em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/1378 da Comissão no respeitante à emissão do certificado para operadores, grupos de operadores e exportadores de países terceiros

(JO L 430 de 2.12.2021, p. 24)

Alterado por:

				Jornal Oficial		
				n.º	página	data
► M1	Regulamento de Execução (UE) 2022/2240 da Comissão de	L 294	8	15.11.2022		
	20 de outubro de 2022					

▼B**REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2021/2119 DA COMISSÃO****de 1 de dezembro de 2021**

que estabelece regras pormenorizadas sobre determinados registos e declarações exigidos aos operadores e grupos de operadores, bem como sobre os meios técnicos para a emissão de certificados em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que altera o Regulamento de Execução (UE) 2021/1378 da Comissão no respeitante à emissão do certificado para operadores, grupos de operadores e exportadores de países terceiros

*Artigo 1.º***Emissão do certificado previsto no artigo 35.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2018/848 em formato eletrónico**

O certificado previsto no artigo 35.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2018/848 deve ser emitido do seguinte modo:

- a) em conformidade com o modelo estabelecido no anexo VI do Regulamento (UE) 2018/848;
- b) em formato eletrónico, utilizando o sistema informático veterinário integrado (TRACES) referido no artigo 2.º, ponto 36, do Regulamento de Execução (UE) 2019/1715.

▼M1

O certificado previsto no artigo 35.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2018/848 deve ostentar um selo eletrónico qualificado, na aceção do artigo 3.º, ponto 27, do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽¹⁾.

▼B*Artigo 2.º***Registos a manter pelos operadores e grupos de operadores**

1. Os operadores e grupos de operadores devem conservar todos os documentos necessários, incluindo registos de existências e registos financeiros, que permitam às autoridades competentes ou, se for caso disso, às autoridades ou organismos de controlo efetuar, nomeadamente, os seguintes controlos:

- a) controlos das medidas preventivas e de precaução tomadas em conformidade com o artigo 9.º, n.º 6, e com o artigo 28.º do Regulamento (UE) 2018/848;
- b) controlo da rastreabilidade em conformidade com o artigo 1.º, n.º 4, do Regulamento Delegado (UE) 2021/771;

⁽¹⁾ Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno e que revoga a Diretiva 1999/93/CE (JO L 257 de 28.8.2014, p. 73).

▼B

c) controlo do balanço de massas em conformidade com o artigo 1.º, n.º 5, do Regulamento Delegado (UE) 2021/771.

2. Os documentos a conservar para efeitos dos controlos a que se refere o n.º 1, alínea a), devem incluir, em especial, documentos que confirmam a adoção, pelo operador ou grupo de operadores, de medidas proporcionadas e adequadas para:

- a) prevenir pragas e doenças;
- b) evitar a contaminação com produtos e substâncias não autorizados para utilização na produção biológica em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/848 e a mistura com produtos não biológicos.

*Artigo 3.º***Declarações e outras comunicações necessárias para os controlos oficiais**

Nas suas declarações ou comunicações, nos termos do artigo 39.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (UE) 2018/848, à autoridade competente, autoridade de controlo ou organismo de controlo que efetua controlos oficiais, os operadores e grupos de operadores devem incluir as seguintes informações:

- a) atividades subcontratadas abrangidas pelo certificado previsto no artigo 35.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2018/848;
- b) endereço ou geolocalização das unidades de produção biológica, em conversão e não biológica, da zona de colheita de plantas selvagens ou algas e de outras instalações e unidades utilizadas para as suas atividades;
- c) no caso das explorações divididas em unidades de produção separadas, nos termos do artigo 9.º, n.º 7, do Regulamento (UE) 2018/848, descrição e endereço ou geolocalização das unidades de produção não biológica;
- d) as previsões de produção.

Essas declarações e comunicações devem ser atualizadas sempre que necessário.

*Artigo 4.º***Alteração do Regulamento de Execução (UE) 2021/1378**

O Regulamento de Execução (UE) 2021/1378 é alterado do seguinte modo:

- 1) No artigo 1.º, o segundo parágrafo, alínea a), passa a ter a seguinte redação:

«a) ser emitido do seguinte modo:

- i) em conformidade com o modelo estabelecido no anexo VI do Regulamento (UE) 2018/848;

▼B

- ii) em formato eletrónico, utilizando o sistema informático veterinário integrado (TRACES) referido no artigo 2.º, ponto 36, do Regulamento de Execução (UE) 2019/1715 da Comissão (*).

(*) Regulamento de Execução (UE) 2019/1715 da Comissão, de 30 de setembro de 2019, que estabelece regras aplicáveis ao funcionamento do sistema de gestão da informação sobre os controlos oficiais e dos seus componentes de sistema (Regulamento IMSOC) (JO L 261 de 14.10.2019, p. 37).»

2) Ao artigo 3.º é aditado o seguinte terceiro parágrafo:

«O artigo 1.º, segundo parágrafo, alínea a), subalínea ii), é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023.»

Artigo 5.º

Entrada em vigor e aplicação

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2022.

O artigo 1.º, n.º 1, alínea b), é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2023.

▼M1

O artigo 1.º, segundo parágrafo, é aplicável a partir de 1 de julho de 2023.

▼B

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.